



DECISÃO Nº: 37/2014
PAT Nº: PROTOCOLO SET 282358/2013-1 - PAT 09/2013-1ª URT
AUTO DE INFR. Nº: 09- 1ª URT, de 28/11/2013
AUTUADA: L F CONFECÇÕES LTDA. ME.
ENDEREÇO: Povoado Cobé, 508- Cobé- Vera Cruz, RN-CEP 59184-000
AUTUANTE: Sérgio Roberto de Carvalho Montenegro, mat. 90.840-1

DENÚNCIA: Ocorrência 01 – Exclusão do SIMPLES.

EMENTA

Exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional;

1- *Contribuinte promoveu a regularização das pendências relativas à ocorrência formalizada nestes autos, descritas como ICMS NO DAS NÃO PAGOS, levando à suspensão da exigibilidade dos débitos constantes no lançamento tributário;*

2- *Parcelamento leva ao cancelamento da exclusão do Simples Nacional e conseqüente baixa das pendências constantes no Extrato Fiscal do contribuinte, conforme artigos 191-J e 191-L do Decreto 13.796/98;*

3- ***AÇÃO FISCAL IMPROCEDENTE.***

O RELATÓRIO

1 A DENÚNCIA

O presente processo refere-se a uma possível exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, segundo se depreende do Termo de Exclusão do Simples Nacional -TESN, documento de fl. 02 dos autos.

Tudo conforme previsão do art. 29, §§ 3º, 5º e 6º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e art. 75, inc. II e parágrafos, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e ainda no art. 191-J, §§ 6º a 8º, do Decreto Estadual nº 13.796/98.

Tal ocorrência se deu em função da constatação de débitos pendentes da empresa, relativos ao ICMS, conforme consta do Extrato Fiscal do Contribuinte, documento de fl. 09, culminando, no presente caso, na cobrança do débito descrito como “ICMS no DAS não pago”, em períodos entre 09/2012 e 06/2013, segundo demonstrativo de fl. 10 dos autos.

Sílvio Amorim de Barros *SAB*
Julgador Fiscal
1



Foram anexados Consulta ao Cadastro da empresa, Ordem de Serviço, Termo de Intimação Fiscal, Extrato Fiscal, Demonstrativo, Termo de Ocorrência e Relatório Circunstanciado de Fiscalização. Consta ainda dos autos Termo de Ciência e Recebimento da 2ª Via- Simples.

2- A IMPUGNAÇÃO

Contraopondo-se à denúncia, conforme documentos de fls. 20 e seguintes, alega o contribuinte, sucintamente, o que se segue:

1- que a empresa já solucionou suas pendências com a Receita Federal, através do parcelamento dos débitos;

2- junta Recibo de Pedido de Parcelamento do DAS, cópia do comprovante de "DARFs pagos", Relatório emitido pelo sítio da EFB, onde consta a Exigibilidade Suspensa, solicitando, assim, a baixa dos débitos constantes no Extrato Fiscal, a título de "ICMS NO DAS NÃO PAGO".

3- DO MÉRITO

Foi o contribuinte atuado por pendências junto a esta Secretaria Estadual de Tributação, constantes no Extrato Fiscal do Contribuinte, conforme documento de fls. 09 e 10. No presente processo foi formalizada parte da cobrança das pendências existentes no referido Extrato, conforme demonstrativo de fl. 11, notadamente as referentes ao ICMS não pagos no DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), valores declarados pelo contribuinte mas não recolhidos.

Em sua defesa, o contribuinte alega que já regularizou a pendência junto ao órgão federal, juntando à fl. 23 comprovante do pedido de parcelamento de débitos junto à Receita Federal, recebido em 29/10/2013, significando confissão irretroatável da dívida.

Às fls. 25 e 26 foi juntado o comprovante do pagamento da primeira parcela do referido parcelamento. À fl. 25 foi por este julgador emitido despacho pelo qual foi solicitado ao contribuinte a apresentação de um Relatório discriminando o rol dos débitos confessados, que compõem o referido parcelamento.

A discriminação dos Débitos/Pendências na Receita Federal, conforme documento de fl. 30, comprovam que os períodos que integram o parcelamento abrangem também os períodos de referência que levaram ao Termo de Exclusão no presente processo, constantes no Demonstrativo da Ocorrência de fl. 10. O referido relatório da Receita Federal mencionado, documento de fl. 24, mostra que os referidos débitos estão com a "exigibilidade suspensa".

Isto posto, entende-se que deve ser dado baixa, ou cancelado, o Termo de Exclusão do Simples Nacional – TESN, pela supressão dos motivos que teriam levado a tal providência.



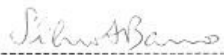
Pelo que, remeto os autos à Unidade de origem, 1ª URT, solicitando a providência acima mencionada, bem como para que seja dado baixa na pendência a ele referentes, constante no Demonstrativo da Ocorrência e no Extrato Fiscal do contribuinte, descrita como ICMS NO DAS NÃO PAGO, dos períodos que vão de 09/2012 a 06/2013.

DECISÃO

Fundamentado no exposto, levando-se em consideração que as razões de defesa do litigante revelam-se eficazes para invalidar o lançamento tributário e as providências dele decorrentes, JULGO IMPROCEDENTE o Termo de Exclusão do Simples Nacional, documento de fl. 02, determinando o seu cancelamento, face à confissão de dívida e o parcelamento feito junto à Receita Federal, nos termos do § 10º do artigo 191-J e § 2º do artigo 191-L do Decreto 13.796/98.

Remeto os autos à 1ª URT, para ciência das partes e demais providências legais cabíveis.

COJUP, Natal (RN), 11 de fevereiro de 2014



Sílvio Amorim de Barros
Julgador Fiscal, AFTE-5
Mat.151.238-2